

Estratégias regionais para promoção do Uso Racional de Medicamentos

Regional strategies to promote the Rational Use of Medicines

Táise Foletto Silveira

Farmacêutica, Especialista em Saúde da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.

Viviane Durigon

Farmacêutica, Especialista em Saúde da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.

Resumo: O acesso a medicamentos é um direito humano fundamental. Porém não é suficiente para garantir o sucesso terapêutico e evitar problemas relacionados a seu uso. Por isso utilizá-lo de forma racional traz benefícios para a pessoa e para o sistema de saúde. Considera-se que há Uso Racional de Medicamentos (URM) quando pacientes recebem medicamentos apropriados para suas condições clínicas, em doses adequadas às suas necessidades individuais, por um período adequado e ao menor custo para si e para a comunidade. Promover ações de Educação em Saúde para o URM são estratégias para a sensibilização dos profissionais e da população. O Grupo Conductor de Assistência Farmacêutica da 27ª Região de Saúde planeja e coordena ações regionais e municipais na Atenção Primária em Saúde com temáticas voltadas para o URM. O objetivo deste trabalho é relatar o histórico das ações realizadas de 2017 a 2021. As ações foram implementadas em todos os anos pela maioria dos municípios da região e incorporadas na rotina de alguns locais. Em todas as campanhas foram identificadas fragilidades relacionadas ao uso de medicamentos, isso evidencia que são ações que precisam ser fortalecidas. O espaço regional e o apoio técnico para discussão da política de Assistência Farmacêutica trouxeram aproximação entre os farmacêuticos dos municípios e oportunizaram desenvolver ações regionais respeitando as características locais.

Palavras-chaves: Atenção Primária em Saúde; Educação em Saúde; Uso de Medicamentos.

Abstract: Access to medicines is a fundamental human right. However, it is not enough to guarantee therapeutic success and avoid problems related to its use. Therefore, using it rationally brings benefits to the person and the health system. It is considered that there is rational use of medicines when patients receive medicines appropriate to their clinical conditions, in doses that are adequate to their specific needs, for an adequate period and at the lowest cost for themselves and for the community. Promoting Health Education actions for the rational use of medicines are strategies to raise awareness among professionals and the population. The Pharmaceutical Services Conductor Group of the 27th Health Region plans and coordinates regional and municipal actions in Primary Health Care with themes focused on the rational use of medicines. This paper has the objective to report the history of actions carried out from 2017 to 2021 in municipalities with health teams and population on the use of medicines. The actions were implemented every year by most municipalities in the region and incorporated into the routine of some areas. In all campaigns, weaknesses related to the use of medication were identified, which shows that these are actions that need to be strengthened. The regional space and technical support for discussion of Pharmaceutical Services policy brought pharmacists in the municipalities closer together and provided opportunities to develop regional actions respecting local characteristics.

Keywords: Primary Health Care; Health Education; Drug Utilization

Endereço para correspondência:
Táise Foletto Silveira, Rua
Saldanha Marinho, 725, sala
104- Centro Cachoeira do Sul,
Rio Grande do Sul, Brasil. CEP
96508-001, tel: (51) 3722 2255,
endereço eletrônico:
af-8crs@saude.rs.gov.br

Introdução

Os medicamentos têm papel central na terapêutica, com potencial de aliviar sintomas, tratar e prevenir doenças¹. O acesso a eles é considerado um direito humano fundamental^{2, 3}. No entanto, não é suficiente apenas garantir o acesso, é necessário que as pessoas sejam orientadas sobre a utilização adequada dos medicamentos e sobre a importância do tratamento farmacológico para o controle de sua enfermidade^{4, 5, 6}. Promover o uso correto da farmacoterapia auxilia na racionalização de recursos e amplia a qualidade dos tratamentos em saúde^{6, 7, 8}. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), há Uso Racional de Medicamentos (URM) quando pacientes recebem medicamentos apropriados para suas condições clínicas, em doses adequadas às suas necessidades individuais, por um período adequado e ao menor custo para si e para a comunidade⁹. No âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), o uso do medicamento deve ser compreendido a partir do indivíduo e não do produto em si, tendo como foco de atuação o cuidado^{10, 4, 5}. Neste nível de atenção é comum as pessoas vivenciarem diversas experiências relacionadas ao uso de medicamentos que envolvem situações de risco como uso de medicamentos potencialmente perigosos, polifarmácia e transição do cuidado, onde a segurança do usuário precisa estar preservada^{11, 12}. Nessa perspectiva, ações educativas voltadas a usuários e equipe de saúde são estratégias para o comprometimento de todos na promoção do URM¹³. Considerando que a APS encontra-se em posição estratégica para o cuidado em saúde, o Grupo Conductor da Assistência Farmacêutica da 27ª Região de Saúde do Rio Grande do Sul (GCAF) organiza ações a serem desenvolvidas no âmbito municipal para alertar a população sobre o uso correto da farmacoterapia. O objetivo deste trabalho foi descrever as ações realizadas pelo GCAF voltadas para a Promoção do URM.

Método

Trata-se de um relato de experiência da 27ª Região de Saúde, que pertence à 8ª Coordenadoria Regional de Saúde e está localizada na região central do estado. A região é composta por 12 municípios,

sendo eles Arroio do Tigre, Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Novo Cabrais, Passa Sete, Segredo e Sobradinho. A população estimada pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do RS para o ano de 2017 dessa região é de 200.228 habitantes, sendo que a maioria dos municípios apresenta pequeno ou médio porte. Sete apresentam população inferior a 10 mil habitantes (58,3%), dois apresentam população entre 10 e 20 mil (16,7%), dois entre 20 e 50 mil (16,7%), e um acima de 50 mil habitantes (8,3%). Em 2021, a região contava com 16 farmacêuticos atuando nas farmácias públicas. O GCAF foi constituído através da Deliberação CIR nº 04 de 2016 com o propósito de oportunizar espaços para compartilhamento de informações em saúde e troca de experiências, facilitar o processo de gestão da Assistência Farmacêutica (AF) e contribuir para o desenvolvimento de ações para promoção do URM. O GCAF é um grupo de caráter permanente e consultivo, formado por farmacêuticos atuantes na 8ª CRS e nos municípios. Os encontros ocorreram bimestralmente através de reuniões presenciais ou remotas onde foram discutidos problemas relacionados à AF e planejadas ações no âmbito desta política. O grupo iniciou as atividades em 2017, as reuniões precisam de quórum mínimo de 50% dos municípios. Mais de 15 reuniões foram realizadas até o momento, sendo que o grupo se manteve ativo durante o período de pandemia com reuniões remotas. Neste grupo, são propostas ações relacionadas ao uso de medicamentos durante a Semana do URM e ao longo do ano. A partir das reuniões do GCAF foi estabelecida uma temática e elaborado material de apoio para ser trabalhado com a população e profissionais de saúde. As atividades foram colocadas em prática no âmbito municipal, de acordo com a realidade de cada local, através da mobilização dos farmacêuticos dos municípios. O propósito dessas ações foi sensibilizar os profissionais da APS, inserir o serviço de AF na rede de atenção à saúde bem como promover a educação em saúde dos usuários através da divulgação de informações sobre o uso de medicamentos e da criação de espaços para abordar esse tema. O público-alvo foram os usuários do sistema e profissionais que atuam na APS dos municípios.

Resultados e discussão

As ações tiveram início no ano de 2017 com a conscientização para o descarte correto de medicamentos através da campanha “Lixo não é lugar de medicamento”, que promoveu ações em sala de espera e com os agentes comunitários de saúde. No primeiro ano, 10 municípios desenvolveram ações nas Secretarias Municipais de Saúde (SMS). Houve coleta de um volume considerável de medicamentos não utilizados pela população que seguiu para correto descarte. Os produtos descartados serviram de alerta sobre os possíveis danos ao meio ambiente e quanto a eficiência do investimento público, focado na compra e entrega de medicamentos. Dentre as disposições do decreto nº 10.388/2020, que instituiu o sistema de logística reversa de medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso, ficou previsto a instalação de pontos fixos para o recebimento destes medicamentos e a realização de campanhas de coleta, em pontos definidos para esse fim, com destinação final ambientalmente adequada¹⁴.

No ano de 2018, através da campanha “Onde eu guardo meus medicamentos?”, em conjunto com os agentes comunitários de saúde, foi possível realizar ações sobre a guarda correta de medicamentos nas residências dos usuários, 11 municípios realizaram atividades referentes a essa campanha. Os medicamentos estocados em casa, na chamada “Farmácia Caseira” podem ter diversas origens como prescrições da rede ou automedicação. Analisar a farmácia caseira pode ser uma estratégia para identificar as condições que a família armazena os produtos, os hábitos de consumo, se existem sobras e medicamentos vencidos ou deteriorados em consumo¹⁵. Observou-se a necessidade das equipes multiprofissionais realizarem a orientação quanto a esse tema para a população, pois foi possível verificar que os medicamentos eram armazenados em condições impróprias na maioria das visitas domiciliares o que pode comprometer a estabilidade físico-química dos produtos. Os resultados do estudo sobre o armazenamento e descarte dos medicamentos vencidos em farmácias caseiras realizado por Fernandes (2020) na APS corroboram com os achados da campanha pois evidenciaram grande proporção de entrevistados com hábitos incorretos e alertam para a necessidade

de envolvimento e conscientização da comunidade quanto ao uso e processo de descarte¹⁶.

O tema da campanha de 2019 foi “Recebi meu Medicamento, e agora?”. Para trabalhá-lo, foi construído um instrumento de apoio abordando as “Quatro regras básicas do Uso Racional de Medicamentos”: 1) medicamento certo; 2) na dose certa; 3) na hora certa; 4) pelo período certo⁹. O instrumento ainda trouxe um calendário posológico com horários que possibilita a utilização de fitas coloridas para identificar o medicamento para cada horário. Esse instrumento pode ser útil para o aconselhamento de pacientes ou cuidadores, em especial aos com dificuldade de leitura⁶. Também foram desenvolvidas oficinas para confecção de caixas organizadoras de medicamentos. A oficina é uma estratégia simples de educação em saúde usada para incentivar o autocuidado, o uso correto e adesão ao tratamento medicamentoso, principalmente para pessoas com polimorbidades¹⁷. Naquele ano, 11 municípios desempenharam ações referentes ao URM.

Em 2020, em virtude da urgência de organização dos serviços de AF para enfrentamento da pandemia da Covid-19, a ação realizada foi uma *webmeeting* em parceria com o Núcleo de Ações em Saúde voltada aos profissionais com o tema “Cuidado ao Paciente Crônico em tempos de Pandemia”. O encontro online visou conversar com os profissionais da APS sobre formas de manter o cuidado às pessoas com doenças crônicas mesmo com o distanciamento social e auxiliar as equipes nas adaptações quanto aos processos de trabalho¹³. Participaram deste evento cerca de 100 profissionais. A AF foi considerada um setor estratégico durante o período de crise da pandemia, os serviços de APS deparam-se com desafios atípicos para manter o cuidado integral dos usuários ao mesmo tempo que foram exigidos esforços para preservar a saúde dos servidores e o gerenciamento adequado dos recursos¹⁸.

Já em 2021, o grupo sugeriu a publicação de material sobre os riscos da automedicação nas redes sociais das prefeituras e SMSs na semana do URM. Onze municípios da região publicaram material produzido pelo GCAF e realizaram ações locais sobre o tema. Promover ações para minimizar barreiras sociais no acesso a informações de qualidade e utilizar plataformas virtuais para disseminação do conheci-

mento científico são estratégias para garantir orientações confiáveis no contexto das redes sociais¹⁹. Abordar a automedicação mostrou-se relevante durante a pandemia de COVID-19, pois o padrão de consumo de medicamentos no Brasil dos chamados “tratamento precoce” ou “kit-covid” apresentou um grande impacto, divulgando o uso de medicamentos sem evidências científicas conclusivas para o uso com essa finalidade. Essa prática oferece sérios riscos aos indivíduos e consequências para o sistema de saúde²⁰.

Através da proposição de temas anuais, oportunizou-se desenvolver atividades relacionadas em grupos terapêuticos, escolas, feiras, salas de espera e reuniões com os profissionais da rede que se mobilizaram para desempenhar tais ações. Em alguns municípios, as práticas foram incorporadas à rotina dos serviços, como adoção de local próprio para descarte de medicamentos nas unidades de saúde e entrega ou confecção de caixas organizadoras de medicamentos para usuários da rede. Ações que visam a promoção do URM envolvem conhecimentos e habilidades por parte dos farmacêuticos relacionadas à boa comunicação com os usuários de medicamentos e com os outros profissionais das equipes de saúde⁸. Ressalta-se que estas atividades no âmbito municipal são desencadeadas pelos farmacêuticos e os materiais são formulados e validados pelo GCAF durante as reuniões. Mesmo com as dificuldades encontradas durante a pandemia, este tema continuou em pauta através de estratégias diferentes de conscientização dos profissionais e usuários. Considerando que a APS constitui uma das principais estratégias de atenção à saúde e que deve pautar-se na criação de vínculo com o indivíduo, a família e a comunidade, a mesma apresenta-se como um espaço em potencial para o cuidado em saúde através de abordagem integral do usuário e ação interprofissional^{4,10}. Por isso a AF deve integrar-se às equipes de saúde da APS em busca de uma prática colaborativa, tendo o URM como propósito para alcançar resultados terapêuticos concretos, trazendo melhorias na qualidade de vida e na saúde dos usuários.

Políticas que normatizam e estabelecem diretrizes para conduzir as ações de AF nos serviços de saúde visam promover a integralidade do cuidado. Nesse sentido, as Políticas Nacional e Estadual de

Assistência Farmacêutica^{3,21} norteiam para a qualificação dos serviços prestados, tais políticas preveem o carácter interprofissional e intersetorial da AF, através da prática colaborativa do trabalho em saúde. Para tanto, é necessária cooperação entre estado e municípios e entre os municípios de uma determinada região.

O GCAF trouxe a aproximação entre os farmacêuticos dos municípios e oportunizou desenvolver ações regionais respeitando as características locais. Com as ações realizadas e os resultados obtidos, identificamos a necessidade dessa temática ser amplamente trabalhada com os profissionais de saúde e com os usuários através da educação permanente, pois em todas as campanhas houve a detecção de fragilidades no processo de uso, guarda e descarte dos medicamentos. O farmacêutico deve assumir um papel dinamizador para promoção do URM, de forma a integrar a rede de cuidado, visando melhorias no estado de saúde da comunidade. As ações realizadas de forma articulada pelo GCAF oportunizaram alertar a população quanto aos riscos causados à saúde pelo uso indevido de medicamentos e como utilizá-los de forma racional.

Conclusão

O GCAF é uma estratégia de ampliar espaços de discussão da política de AF na região. A formalização de um fórum com a temática da AF possibilitou a realização de ações de educação em saúde sistematizadas e planejamento local e regional a partir das necessidades levantadas coletivamente. Essas ações são fortalecidas quando ocorrem em diferentes espaços e em conjunto com as equipes de saúde, apoiadas pela gestão. Os relatos desse trabalho demonstraram a importância do tema na rotina dos serviços da APS. As atividades desempenhadas evidenciaram que as pessoas podem apresentar hábitos inadequados quanto ao uso, armazenamento e descarte dos medicamentos, por isso, difundir informações do URM através de diferentes ferramentas educativas é uma estratégia de conscientização. Nesse sentido, destacou-se positivamente a articulação do farmacêutico com demais membros da equipe de saúde para buscar compreender como as pessoas lidam com os medicamentos na rotina, além disso, algu-

mas estratégias foram incorporadas nos serviços. Como desafios, apontou-se a necessidade de fortalecer a integração do farmacêutico com a equipe para que mais ações sejam oportunizadas, além disso, o tema precisa ser amplamente trabalhada com os profissionais de saúde e com os usuários. O apoio técnico da coordenadoria de saúde aos municípios pode ser muito positivo pela capacidade de articulação regional. A promoção do URM qualifica o cuidado e precisa estar incorporada no planejamento, nos processos de trabalho e de educação da rede de atenção à saúde a partir das diretrizes das Políticas Nacional e Estadual de Assistência Farmacêutica.

Conflitos de Interesse: Os autores declaram não haver conflito de interesse que poderia se constituir em um impedimento para a publicação deste artigo.

Agradecimentos: Farmacêuticos do Grupo Condutor da Assistência Farmacêutica que executaram as ações em seus municípios: Nadiani Mossmann Mainardi Rech, Secretaria Municipal de Saúde de Arroio do Tigre; Gláucia Soares e Vanessa Lawall Soares, Secretaria Municipal de Saúde de Caçapava do Sul; Josiani Mohr, Secretaria Municipal de Saúde de Cachoeira do Sul; Indiara Schultz dos Santos, Secretaria Municipal de Saúde de Cerro Branco; Sâmara Raabe Meglin, Secretaria Municipal de Encruzilhada do Sul; Letícia Damian Miotto, Secretaria Municipal de Saúde de Estrela Velha; Chaiane Natália Rubert Setti, Secretaria Municipal de Saúde de Ibarama; Ivana da Silva Dotto e Humberto Emilio, Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Bonita do Sul; Renata Rohde Lovato, Secretaria Municipal de Saúde de Novo Cabrais; Júlio César Mioni, Secretaria Municipal de Saúde de Passa Sete; Marisa de Araújo Cremonese, Secretaria Municipal de Saúde de Segredo; Lidiane Arndt Pereira Piacentini, Secretaria Municipal de Saúde de Sobradinho.

Referências

1 Rozenfeld S, Fonseca MJM, Acúrcio FA. Drug utilization and polypharmacy among the elderly: a survey in Rio de Janeiro City, Brazil. *Rev Panam Salud Publica*. 2008;23(1):34-43.

- 2 Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.916, de 30 de outubro de 1998. Aprova a Política Nacional de Medicamentos. *Diário Oficial [da] União, Brasília, DF*, 30 out 1998.
- 3 Brasil. Conselho Nacional de Saúde. Resolução - RDC nº 338, de 6 de maio de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica estabelece seus princípios gerais e eixos estratégicos. *Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília*, 2004.
- 4 Gerlack LF, Karnikowski MGO, Arede, CA, et al. Gestão da assistência farmacêutica na atenção primária no Brasil. *Rev Saude Publica*. 2017; 51(supl 2, 15s). doi: <https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2017051007063>.
- 5 Monteiro, ER, Lacerda JTN, Natal S. Avaliação da gestão municipal na promoção do uso racional de medicamentos em municípios de médio e grande porte de Santa Catarina, Brasil. *Cad. Saúde Pública* 2021; 37(5):1-21. doi: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00112920>.
- 6 Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Capacitação para implantação dos serviços de clínica farmacêutica. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 308 p. : il. (Cuidado farmacêutico na atenção básica. Caderno 2) ISBN 978-85-334-2198-1.
- 7 Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Componente Avaliação dos Serviços de Assistência Farmacêutica Básica: introdução, método e instrumentos. Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.
- 8 Nora LCD, Costa KS, Araújo SQ, Tavares NUL. Análise da assistência farmacêutica no planejamento: participação dos profissionais e a qualificação da gestão. *Cad. Saúde Coletiva (Rio de Janeiro)*; 2019; 27(3):278-286. doi: <https://doi.org/10.1590/1414-462X201900030359>.
- 9 World Health Organization (WHO). Expert Conference, 1985, Nairobi. Rational Use of medicines. Report of the Expert Conference, Nairobi, 25-29 November 1985. Geneva: World Health Organization. 304 p. Disponível em:

- <http://apps.who.int/medicinedocs/documents/s17054e/s17054e.pdf>. Acesso em: 31 Out. 21.
10. Akeman M, Freitas O. Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos (PNAUM): avaliação dos serviços de atenção farmacêutica primária. *Rev Saude Publica*. 2017; 51(supl 2, 1s). doi: <https://doi.org/10.11606/S1518-8787.201705100supl2ed>.
 11. Esher A, Coutinho T. Uso racional de medicamentos, pharmaceuticalização e usos do metilfenidato. *Ciênc. saúde colet*. 2017; 22(8)Ago 2017:2571-80. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017228.08622017>.
 12. World Health Organization (WHO). Global patient safety challenge - Medication without harm [Internet]. Geneva: WHO; 2017. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/255263/WHO-HIS-SDS-2017.6-eng.pdf;jsessionid=3B0A903F94988166BEF1EA5A4803942F?sequence=1>. Acesso em: 23 Out. 21.
 13. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde Manual – Como organizar o cuidado de pessoas com doenças crônicas na APS no contexto da Pandemia. Brasília, 2020.
 14. Brasil, Ministério do Meio Ambiente. Decreto no 10.388, de 5 de junho de 2020. Regulamenta o § 1º do caput do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e institui o sistema de logística reversa de medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso, de uso humano, industrializados e manipulados, e de suas embalagens após o descarte pelos consumidores. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, 2020.
 15. Schwingel D, Souza J, Simonetti E, et al. Farmácia caseira x Uso racional de medicamentos. *Rev Caderno Pedagógico (Lajeado)*. 2015; 12(3):117-30.
 16. Fernandes MR, Figueiredo RC, Silva LG, Rocha RS, Baldoni AO. Armazenamento e descarte dos medicamentos vencidos em farmácias caseiras: problemas emergentes para a saúde pública. *Einstein (São Paulo)*. 2020; 18:1-6. doi: http://dx.doi.org/10.31744/einstein_journal/2020AO5066.
 17. Pessi R, Pissaia LF, Costa AEK, Schossler B. Qualidade de vida na terceira idade: confecção da caixa de organização de medicamentos para idosos com doenças crônicas não transmissíveis. *Res., Soc. Dev*. 2019; 8(1):1-14. doi: <https://doi.org/10.33448/rsd-v8i1.537>.
 18. Souza CN, Manzini F, Leite SN. Serviços mínimos de Atenção Primária à Saúde em contextos de crises. *J Manag Prim Health Care*. 2021;13(6):1-20. doi: <https://doi.org/10.14295/jmphc.v13.1138>.
 19. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Contribuições para a promoção do Uso Racional de Medicamentos [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
 20. Melo JRR, Duarte EC, Moraes MV, et al. Automedicação e uso indiscriminado de medicamentos durante a pandemia da COVID-19. *Cad. Saúde Pública* 2021; 37(4):1-5. doi: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00053221>.
 21. Rio Grande do Sul. Decreto nº 56.626, de 16 de agosto de 2022. Institui a Política Estadual de Assistência Farmacêutica. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*, 2022.